

GEOGRAFIA DO ESPAÇO AMAPAENSE



Prof. WALTER SOARES

Concurso Público



CFO

O ESPAÇO AMAPAENSE NO CENÁRIO REGIONAL E NACIONAL II

MACAPÁ – Capital e cidade mais importante

Macapá - A capital do Estado do Amapá ocupa uma área de 6.562,4 km², localizada a uma altitude de 16,5 metros a 1.783 km de distância de Brasília, a capital do País, e abriga 366.484 habitantes quase 60% da população total do estado. A cidade é um porto fluvial situado no braço mais largo e mais ao norte do delta do rio Amazonas, no lado oposto ao arquipélago de Marajó. O acesso à cidade é possível por via aérea ou de barco.

O Forte de São José de Macapá, que deu origem à cidade, foi fundado em 1782. Em 1758, o povoado recebeu o status de vila e recebeu o nome de São José de Macapá.



Entre os principais atrativos turísticos da cidade encontra-se a igreja de São José de Macapá, construída em 1761, no período em que chegou grande número de portugueses ao local. O forte de São José de Macapá, construído entre 1764 e 1782, numa língua de terra que avança pelo rio Amazonas, é outra atração da cidade, que atualmente encontra-se em sua zona central.

A linha do Equador, conhecida como "Marco Zero", ou seja, com sua latitude de 0°, encontra-se a 5 km do centro da cidade de Macapá e pode ser alcançada pela Rodovia Juscelino Kubitschek. Na cidade de Laranjal do Jarí, ao sul de Macapá, encontra-se a cachoeira de Santo Antonio, queda d'água de 30 metros de altura, que proporciona linda paisagem. Próxima a esse local, está o vilarejo de Mazagão Velho, fundada no século XVII, mas tendo preservado seu estilo, costumes tradicionais e algumas construções do período colonial. A partir do Porto de Santana, 28 km ao sul de Macapá, existe uma variedade de passeios de barco que podem ser feitos pelas ilhas do rio Amazonas, incluindo a ilha de Marajó, os igarapés, os estreitos canais entre as ilhas e, na direção do Oiapoque, ao norte, pode ser visitada a área de fronteira com a Guiana Francesa.

Principais Pontos Turísticos de Macapá/AP

Fortaleza de São José de Macapá	Igreja de São José de Macapá
Parque "Meio do Mundo"	Trapiche Eliezer Levy
Complexo Beira Rio	Teatro das Bacabeiras
Prédio da Intendência	Casa do Artesão e do Índio
Museu Sacaca de Desenvolvimento Sustentável	Mercado dos Produtos da Floresta
Centro de Cultura Negra	Antigo Fórum
APA do Curiaú	Praia da Fazendinha
Praia do Araxá	Cachoeira de Santo Antonio

Cachoeira Grande

Pororoca

Pedra do Guindaste

Marco Zero (Linha do Equador)

Cidade das Pedras

Rio Araguari

DINÂMICA POPULACIONAL

A população segundo a cor e/ou etnia pode ser dividida em: brancos 21,4%, negros 4,5%, pardos e/ou mestiços 74,4% e indígenas 0,85%.

Conforme contagem populacional realizada em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Amapá totaliza 626.609 habitantes, distribuídos em 16 municípios.

Aproximadamente 90% das pessoas vivem em áreas urbanas, os habitantes de áreas rurais correspondem a aproximadamente 10% da população total. Cerca de 366.484 pessoas habitam a capital do Estado, Macapá.

A distribuição da população por sexo é relativamente equivalente, as mulheres representam 49,84% e os homens 50,16%.

A configuração da estrutura etária do Estado se apresenta da seguinte forma: 45,4% da população tem idade entre 0 e 14 anos, 50,7% correspondem àquelas que têm entre 15 e 59 anos e 3,9% da população são pessoas acima de 60 anos.

A população indígena está distribuída em reservas delimitadas pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), totalizam, aproximadamente, 4.100 índios.

De acordo com o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população do Amapá apresentou a mais elevada taxa de crescimento do país no período de 1991 a 2000, o que é explicado pelas correntes migratórias que vem crescendo, principalmente com a chegada de imigrantes da região Norte (Pará) e do Nordeste (Maranhão e Piauí) além do crescimento vegetativo superior a média nacional.

O elevado crescimento demográfico no estado e a deficiência das políticas públicas têm contribuído para o aprofundamento dos problemas sociais e urbanos no estado: favelização, invasões, violência, precariedade dos serviços públicos, ocupações de áreas impróprias (ressacas), etc.

Por isso, o Estado vem implementando ações que buscam associar crescimento e preservação: em 1995, foi criado o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá; desde 1997, está em vigor uma lei que regula o acesso à biodiversidade, o uso de recursos genéticos e o emprego da biotecnologia e bioprospecção e, em 1999, foi criada a Universidade Estadual do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A POPULAÇÃO DO AMAPÁ:

Densidade demográfica	4,3 hab/ km ² .
Crescimento demográfico	5,7% ao ano.
Domicílios	135.107
Carência habitacional	22.413.
Acesso à água tratada	65,4%.
Acesso à rede de esgoto	58,4%.
IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,780.
Mortalidade infantil	25,4 ‰
Fonte	IBGE

ENERGIA

O sistema energético amapaense é administrado pela ELETORNORTE, e a energia produzida tem predominância termoeletrica, correspondendo a cerca de 75% da potência instalada

A energia hidráulica é produzida na única usina hidroelétrica do estado, a **Coaracy Nunes** (inaugurada em dezembro de 1975), com capacidade de **40MW**, situada no **rio Araguari a 130 Km de Macapá**. A capital consome cerca de 72% da energia gerada e Santana 18%.

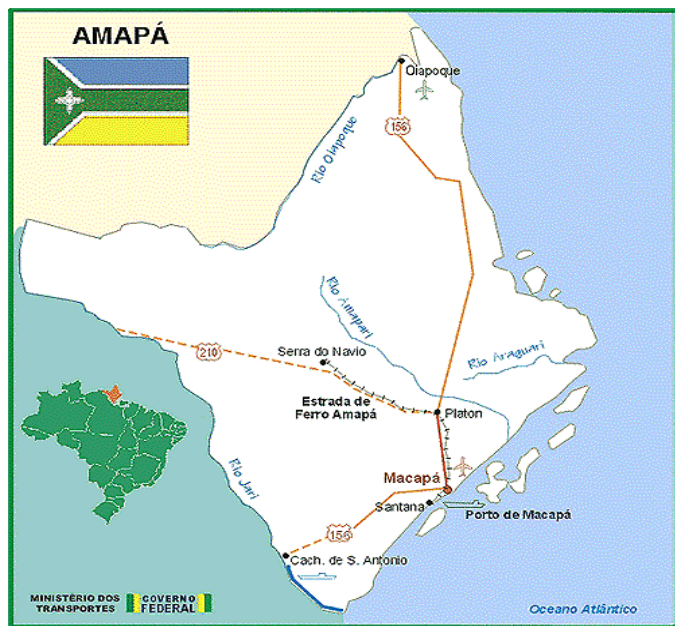
Outra usina hidroelétrica está sendo licitada será construída no rio Jarí – a **Usina Hidrelétrica de Santo Antônio** – para ampliação da capacidade energética em Laranjal do Jarí e do Projeto Jarí.



INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

O estado encontra-se em situação de isolamento ao resto do país, por conta dos sérios problemas de infra-estrutura nas áreas de energia, comunicação e transporte. Mas instituições francesas, dada a proximidade da Guiana Francesa, vêm investindo em financiamento de projetos no Amapá. Em 2000, os acordos assinados com instituições estrangeiras atingiram 25 milhões de dólares. Os principais projetos desenvolvidos são a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), programas de tratamento de água, controle da malária na fronteira com o Brasil e intercâmbios culturais e tecnológicos.

AMAPÁ - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA



A TRANSGUIANENSE: Estrada liga Amapá e Roraima a países vizinhos

Estão em andamento as obras de um projeto que deve tirar do isolamento uma das regiões de acesso mais difícil na Amazônia. É uma estrada de 2.346 quilômetros que vai ligar as capitais dos estados do Amapá e Roraima, passando pela Guiana Francesa e dois países vizinhos, Suriname e Guiana (veja mapa abaixo). Um trecho de 80 quilômetros, o último que faltava para completar o traçado, começou a ser aberto há algumas semanas em meio à densa floresta da Guiana Francesa. Quando ele estiver concluído, dentro de alguns meses, será possível viajar pela primeira vez de carro entre Macapá e Boa Vista. Por enquanto, a viagem só poderá ser feita durante o verão. Cerca de 1.000 quilômetros do percurso ainda são em estrada de terra, intransitável na época das chuvas — o chamado inverno amazônico.



Juntos, Roraima e Amapá respondem por apenas 0,23% do produto interno bruto (PIB) brasileiro. Com a estrada, chamada de **Transguianense**, que deve custar 500 milhões de reais divididos pelos quatro países, a expectativa é de que a economia local dê um salto. No Amapá, ela vai criar uma nova alternativa para o escoamento da produção agrícola e abrir caminho para que os 30.000 turistas franceses que visitam a Guiana Francesa todo ano dêem uma esticadinha até o Brasil. Estima-se que o Estado vá faturar 5 milhões de reais por ano com o turismo e 35 milhões com investimentos nas margens da estrada.

No trecho a ser recortado agora na Guiana Francesa, a obra tem cuidados ecológicos. Em determinados pontos, a largura da estrada diminui de 40 para 10 metros, para que as copas das árvores continuem-se encontrando e o passeio dos macacos não seja interrompido. Foram providenciados túneis sob a pista para a livre circulação de roedores, tartarugas e outros animais. Apesar das boas intenções, teme-se que a estrada agrave o problema do narcotráfico. Com a Transguianense, o Suriname, principal entreposto na rota da cocaína colombiana para a Europa, poderá usar o Brasil para escoar a droga. "Se fosse possível, faríamos a rodovia sem passar pelo Suriname", diz o diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem, DER, de Roraima, Carlos Lewisk. "Como é inevitável, vamos reforçar o policiamento nas fronteiras."

Uma viagem pela Transguianense

A construção da Ponte Internacional sobre o Rio Oiapoque, contribuirá para a integração dos povos que vivem as margens da Rodovia Internacional Transguianense. Para os brasileiros que acreditam que é melhor viver em outro País, ainda que esse País seja em uma opressiva colônia europeia encravada em solo sul-americano ou em outra pequena nação emergente no topo de nosso continente, a rodovia internacional transguianense é o caminho a seguir. Ela inicia na sonolenta cidade de Saint Georges, na Guiana Francesa, passa pela vibrante Paramaribo, no Suriname, e termina na alegre e hospitaleira vila de Lethem, na Guiana Inglesa.

Lá a transguianense emerge como a rodovia transamericana, cujo início dá-se do outro lado do rio Takutú, em Roraima (BR), segue através de território venezuelano, chega a Bogotá, na Colômbia, atravessa os países centro-americanos e chega até a fronteira do México com os Estados Unidos.

Mas, voltemos ao nosso tempo de partida, ali na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Ao atravessar o Rio Oiapoque e ingressar na Guiana Francesa, o brasileiro vai ao encontro de uma situação absurda. A França mantém uma mão de ferro sobre esse lugar. Nada menos de três forças policiais, os Gendarmes, os Legionários e a paramilitar PAF (Polícia Aduaneira de França) fazem de tudo para impedir que o número de brasileiros legais e ilegais que residem naquela colônia, aumente. Segundo as últimas estatísticas fornecidas por organismos franceses de controle da população, existem cerca de **35.000 (trinta e cinco mil)** brasileiros vivendo, trabalhando e/ou se escondendo em território francês, estes disputam sua sobrevivência com igual número de haitianos, surinameses, guianeses ingleses, e crioulos locais e naturalmente os frios franceses com face de gelo e sorriso de filmes de terror. Para os que conseguem permissão de residência e trabalho (**SEJOU**), até que vale a pena viver lá. O salário é bom, a vida é calma, quase parando, e cada grupo étnico mantém sua própria cultura e isolamento. Indo mais a frente, chegaremos a belíssima e cosmopolita cidade de Paramaribo, a vibrante capital do Suriname, a ex-colônia holandesa. Não fosse a cacofonia de idiomas e o avançado número de brasileiros: **cinquenta mil aproximadamente**, até que eu aconselharia alguém a viver lá. Porém para os menos apressados, a pedida é continuar seguindo até chegar em Berbice, Linden ou Georgetown, na Guiana Inglesa, a mais brasileira das três Guianas. O povo alegre e hospitaleiro lembra em muito, os nossos bons baianos, com sua rica roupa, música, culinária, e uma inacreditável alegria de viver. Eles são tão brincalhões, gozadores e criativos, que os franceses os odeiam por isso. Tanto que a penitenciária de Mount Jolly, em Caiena, está abarrotada de pobres guianenses ingleses e também de brasileiros que brincaram ou aprontaram mais do que deviam quando foram para lá.

Saindo de Georgetown, acima, só restam duas opções, ou seguem em frente para via Boa Vista (RO), ou seguem em frente para a maior aventura de suas vidas: a travessia das cidades, selvas e países centro-americanos rumo a América do Norte. Mas, esta, fica para outra história.

CRIME ORGANIZADO,

O lado negativo dessa nova rota da fortuna é a facilidade que propicia para as atividades do crime organizado como foi exposto pela reportagem do Jornal France-Guiane de 21 e 22 de janeiro passado. Escrita em cores vivas a matéria descreve a realidade nua e crua sobre a passagem de imigrantes ilegais, contrabando de produtos industriais e agropecuários, tráfico de drogas e de mulheres, troca e venda ilegal de reais, euros e dólares, e por último, mas não menos importantes, o aliciamento de crianças e adolescentes para a indústria do sexo em Cayena, Paramaribo e Georgetown. A chocante reportagem foi escrita pelos jornalistas Denis Vannier, de Caiena, e Patrick Landry, de São Jorge (Saint Georges).

A CONTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO OIAPOQUE

Está em andamento uma importante obra no estado do Amapá trata-se da **ponte sobre o Rio Oiapoque (AP)** e a **pavimentação da BR-156/AP**, que inclusive, são obras do PAC. O papel geopolítico de uma obra dessa magnitude, localizada na fronteira entre dois países: Brasil e França (Guiana Francesa) merece cuidadosa análise.

A construção da ponte sobre o rio Oiapoque é de interesse tanto do governo francês como do governo brasileiro e está sendo implementada através de uma associação entre o Brasil e a França. O governo francês empregou, em



2000, recursos da ordem de **200 mil francos franceses** para custear os estudos de definição do local da ponte que fará a ligação Brasil-Guiana Francesa, pelas rodovias **BR-156 e RN-2** (Route Nacional 2). **A ponte fica na Ponta Morna – entre as cidades de Oiapoque (Brasil) e Saint Georges d'Oyapoque (Guiana Francesa) –**, com extensão de aproximadamente **378 metros**, e um valor estimado entre **R\$ 33 mi e R\$ 54,7 milhões**, vai favorecer um fluxo regular de pessoas e mercadorias na fronteira entre Amapá e Saint-George, entre o Brasil e a Guiana Francesa e entre Brasil e França, por conseguinte. Abre as portas do mercado dos países do Platô das Guianas para o Amapá, para que turistas afluam ao estado do Amapá por via terrestre, melhora as condições de vigilância em nossa fronteira norte, entre muitos outros benefícios.

O projeto de construção foi assinado pelos respectivos presidentes, em julho de 2005, durante as comemorações do ano do Brasil na França. A Guiana Francesa é um dos territórios Ultramarinos franceses, o único localizado na América do Sul. Esta proximidade faz do Brasil a maior fronteira terrestre com a França, significando uma importante parceria entre os dois países.

Os interesses franceses na América do Sul, também pela localização estratégica de **Kourou (Centro de lançamento de satélites franceses na Guiana)**, se fortalecem com a construção da ponte. Esta, juntamente à BR 156 (em fase final de asfaltamento), deverá possibilitar uma maior fluidez no veio de movimentação de mercadorias e de pessoas entre o porto de Santana (Amapá) e a Guiana Francesa. Afora a percepção econômica, problemas sociais se agravam, de forma insustentável, para as duas nações. Com a crescente mobilização entre os dois territórios motivada pela corrida pela extração de ouro, trabalho pago em Euro, aumenta a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (as DSTs) devido à prostituição e o descontrole do tráfico de drogas e de mulheres, principalmente de meninas.

Porém, a integração se faz necessária embora deva ser acompanhada de políticas que colaborem para o desenvolvimento sócio-econômico regional e na solução dos problemas sociais da região. A construção da ponte poderá ser uma importante porta de acesso econômico ao poderoso mercado europeu, uma ponte entre os blocos econômicos no panorama da globalização: **MERCOSUL e UNIÃO EUROPÉIA.**

A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA

A ALCMS de Macapá e Santana, criada pela Lei nº 8.387 (artigo II) de 30/12/91, e, regulamentada pelo Decreto nº 517, de 08/05/92, foi implantada oficialmente em março de 1993. **Abrange parte dos Municípios de Macapá e Santana** no Estado do Amapá, ocupando uma área de 220 Km². A economia é baseada na agricultura, mineração, extração de madeiras, pecuária e piscicultura. Vale informar que as cidades de Macapá e Santana não se situam na Amazônia Ocidental, porém, o Estado do Amapá possui fronteira com a Guiana Francesa, um dos fatores resultantes da criação desta ALC, cujas atividades são voltadas à importação nacional e estrangeira.

Criada para o **livre comércio de importação e exportação**, sob regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento do Estado e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

No interior da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana serão delimitadas **Áreas de Entrepósito**, nas quais serão, prioritariamente, instalados entrepostos destinados ao armazenamento de mercadorias a serem comercializadas internamente, na referida Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, reexportadas ou internadas para o restante do território nacional.

As mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana serão, obrigatoriamente, destinadas às empresas nela estabelecidas e autorizadas a operar nessas áreas.

As mercadorias estrangeiras destinadas à estocagem para comercialização no mercado externo ou à internação para o restante do território nacional deverão ser obrigatoriamente depositadas em entreposto autorizado a operar na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

Somente será autorizada a exportação ou reexportação para o mercado externo ou, ainda, a internação para o restante do território nacional, de mercadorias estrangeiras que cumpram o requisito exigido.

A entrada de mercadorias estrangeiras na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana far-se-á com suspensão do **Imposto de Importação (II)** e do **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**.

A suspensão dos tributos será convertida em isenção quando for destinada a:

- a) consumo e venda interna na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.
- b) beneficiamento de pescado, pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal, na área territorial delimitada da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
- c) agropecuária e piscicultura;
- d) instalação e operação de atividades de turismo e serviços de qualquer natureza, desde que situadas na área territorial delimitada da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
- f) exportação ou reexportação para o mercado externo.

A bagagem acompanhada procedente da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, no que se refere a produtos de origem estrangeira, será desembarcada com isenção de tributos, observado o mesmo tratamento previsto na legislação aduaneira para a **Zona Franca de Manaus**.

A internação de mercadoria estrangeira, da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana para o restante do território nacional, estará sujeita ao controle administrativo e à tributação normal aplicável às importações em geral.

Não se aplica o regime fiscal de isenções aos seguintes artigos: bens finais de informática, armas e munições de qualquer natureza, automóveis de passageiros, bebidas alcoólicas, perfumes, fumos e seus derivados.

A compra de mercadorias estrangeiras, armazenadas na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana por empresas estabelecidas em qualquer outro ponto do território nacional, é considerada, para efeitos administrativos e fiscais, como importação normal.

A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana está sob a **administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA**, que deverá promover e coordenar sua

implantação, sendo, inclusive, aplicado, no que couber, à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, a legislação pertinente à Zona Franca de Manaus, com suas alterações e respectivas disposições regulamentares.

O PROJETO AMAPARI

Trezentos empregos diretos e 600 indiretos. Esta é a meta da **Mineradora Amapari** com a retomada da extração de ouro na região do Araguari. O projeto vai beneficiar dois municípios — **Serra do Navio e Amapari** — e investirá R\$ 300 milhões na região em sua primeira etapa de implantação. A Amapari substituiu a **AngloGold** no projeto. Esta última foi quem iniciou as pesquisas de prospecção em 1994. Denominado “Projeto Amapari: o Início de uma Nova História”, a retomada da atividade mineradora aconteceu na última sexta-feira com visita do governador **Waldez Góes**, do presidente do Congresso, **senador José Sarney**. Participaram também da visita **um representante do Ministério das Minas e Energia**, o empresário **Eike Batista**, da Mineradora Amapari e comitiva de secretários de governo, deputados estaduais, federais, vereadores e **os prefeitos José Maria Ferreira**, o “Tucupi”, de Serra do Navio e **Maria do Socorro Pelaes**, de Amapari.

Instalado na área que pertencia à **Icomi** (Indústria e Comércio de Minério) a expectativa é de que na primeira fase do projeto sejam extraídas **25 toneladas de ouro** da região. Para o secretário Jurandil Juarez (Indústria, Comércio e Mineração), a implantação do projeto no Amapá, significa a retomada de uma grande vocação do estado, mas sem os vícios e os erros do passado. “A extração do ouro é uma grande tradição do Amapá e está enraizada na nossa História. Só que aqui há um grande diferencial que distinguirá este projeto dos anteriores. Aqui, ao contrário dos outros projetos, o Governo do Estado teve a preocupação de amarar no contrato que o trabalho não gere lucro e riqueza, apenas para a empresa. A mineradora terá que fazer investimentos sociais na região também para beneficiar seus moradores”, afirmou. Ele refere-se a uma cláusula contratual que obriga a Mineradora Amapari destinar anualmente **1% de seu lucro bruto ou o montante de até R\$ 550 mil — o que for maior — para investimentos sociais nos dois municípios**. “Hoje as empresas modernas tem que ter em mente duas preocupações básicas, além da geração de lucro, emprego e renda: a preservação ambiental e o investimento no social. E aqui não será diferente”. disse A prefeita de Amapari, Maria do Socorro Pelaes, lembrou que o projeto levou nove anos para ser implantado, período em que a população do município viveu uma grande expectativa com a possibilidade da volta de geração de emprego e renda na região. “Felizmente hoje o nosso sonho está se tornando realidade”, afirmou. O empresário Eike Batista, da Mineradora Amapari, deixou claro que a prioridade de contratação será dada aos moradores residentes nos dois municípios. O ponto a favor deles, é que grande parte dos trabalhadores da região são mão-de-obra qualificada, que segundo afirmam, foi a única ação positiva da Icomi na região, ou seja, capacitá-los para trabalhar na área da mineração.

Estima-se que só de royalties, o Amapá arrecadará anualmente R\$ 38 milhões. R\$ 25 milhões serão divididos entre os municípios de Serra do Navio e Amapari e R\$ 13 milhões irão para os cofres do Estado. Essa verba externa é mais uma maneira de captação de recursos para que tanto o estado como também as prefeituras desses dois municípios, possam investir naquelas áreas mais deficientes”, avaliou o governador. Ele voltou a afirmar que o Estado tem condições de gerar uma quantidade significativa de postos de trabalhos para absorver um contingente de cerca de 40 mil pessoas, número estimado de desempregados no Amapá. A saída para o problema, conforme disse, é buscar alternativas para a geração de emprego e renda.

medida seria a liberação de recursos para projetos na área de preservação ambiental.

Embora a região do parque não tenha moradores ou problemas fundiários, a criação do parque encontrou a oposição de políticos ligados ao setor de mineração e dos prefeitos, preocupados com a imobilização de seu território, sem contar a preocupação dos militares ligados a defesa, por se tratar de uma área de fronteira. Por outro lado, a influência da comunidade internacional poderá agilizar o processo de implementação do parque na prática, já que existe interesse do governo Frances de estender o corredor biológico das Montanhas do Tumucumaque, através da criação de uma unidade de conservação na Guiana Francesa.

EXERCÍCIOS PARA FIXAÇÃO DO CONTEÚDO

01. (HERTZ-2010) No último dia 04 de Fevereiro, a cidade de Macapá completou 252 anos, a capital do Amapá, única cortada pela linha do equador, é valorizada pela presença da secular forma espacial da Fortaleza de São José de Macapá e da imponente Igreja de São José de Macapá.

Com base no texto e na relevância das formas espaciais para a história das cidades e da dinâmica do processo de urbanização do estado do Amapá, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A história da cidade é, sobretudo, contada através da história de suas formas espaciais. Fortificações, igrejas, casarios coloniais, entre outros, que se destacaram na paisagem das primeiras cidades da Amazônia brasileira, que cresceram ao longo das margens das rodovias

II. Pelas informações encontradas no texto, pode-se concluir que a cidade de Macapá tem terras tanto no Hemisfério Norte quanto no hemisfério Sul.

III. Cidades amazônicas como Belém, Manaus, Santarém e Macapá, através de políticas públicas de intervenção urbana, buscam revitalizar e redefinir usos de espaços intra-urbanos para fins turísticos e de lazer público, especialmente nas áreas de suas orlas fluviais.

IV. O fenômeno do Equinócio, que ocorre todos os meses, pode ser considerado um dos atrativos turísticos da cidade de Macapá.

(A) I e II estão corretas. (B) I e III estão corretas.

(C) I, II e III estão corretas. (D) II e III estão corretas.

(E) Somente a I está correta.

02. (CFOPMAP-2004) O consumo de energia elétrica, no estado do Amapá, é decorrente de vários fatores econômicos, políticos e sociais. Dentre eles, encontram-se o crescimento demográfico e a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS).

Consumo de energia no estado do Amapá (% sobre Mw/h).				
Discriminação	1988	1991	1998	2000
Consumo residencial	39,49	41,59	52,98	51,14
Consumo industrial	13,16	14,83	5,50	4,28
Consumo Comercial	14,64	14,94	18,25	18,30

FONTE: CEA, 2001 In. PORTO, 2003.

De acordo com o texto e a partir da análise da tabela, identifica-se uma característica expressa na seguinte afirmativa:

(A) o consumo de energia elétrica, nos setores comercial e industrial, aumentou consideravelmente em decorrência da implantação da ALCMS.

(B) o crescimento do consumo energético comercial ocorreu, principalmente, com a expansão do mercado informal.

(C) o consumo de energia elétrica residencial aumentou consideravelmente em função do crescimento demográfico do estado.

(D) o consumo de energia industrial aumentou proporcionalmente ao consumo de energia residencial, em função da implantação de novas fábricas.

(E) o crescimento do consumo energético industrial ocorreu em detrimento da implantação de fábricas de beneficiamento de palmito no Amapá

03. (HERTZ-2010) Sobre a distribuição da população amapaense, é correto afirmar:

a) é regular, sendo que todas as regiões do estado são bastante povoadas

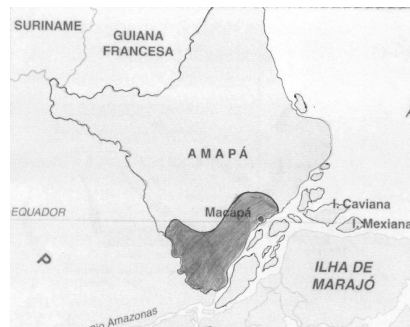
b) existe uma maior concentração de habitantes na porção setentrional do estado

c) é irregular, sendo que os municípios de Macapá e Santana, localizados na porção noroeste do estado abrigam mais de 80% da população

d) sendo um estado pequeno o Amapá apresenta elevada densidade demográfica para os padrões da região Norte

e) maior concentração de habitantes na porção sudeste do estado notadamente em Macapá e Santana

04. (UNIFAP-2002) Ao longo do século XX, em especial nas últimas cinco décadas, o processo de ocupação territorial e valorização do espaço amazônico originou, pelo menos, quatro áreas com características distintas. O espaço delimitado, em destaque, no mapa abaixo é parte da área de influência



a) de Carajás, como maior pólo de exploração mineral.

b) de Manaus, com a implantação da Área de livre comércio de Macapá e Santana.

c) de Belém, como o maior centro dinamizador da economia regional.

d) de Tucuruí, com a implantação da usina hidrelétrica.

e) de Marajó, como a principal área de desenvolvimento da pecuária da região.

05. (HERTZ-2010) O mapa abaixo indica, através das setas, o principal processo migratório do Estado do Amapá. Com base no mapa e em seus conhecimentos sobre o assunto, assinale a afirmativa correta.

Figura: Mapa da Amazônia



Fonte: Adaptado MOREIRA, 1998.

a) A predominância da migração no Amapá é de origem intra-regional e inter-regional, com destaque para os estados do Pará e Maranhão, a grande leva dos imigrantes está concentrada nos bairros periféricos da capital Macapá.

b) A migração internacional do Amapá em direção a Guiana Francesa foi legalizada no ano de 1996, através do acordo firmado entre os governos brasileiro e francês, visando à integração sócio-econômica entre as duas nações.

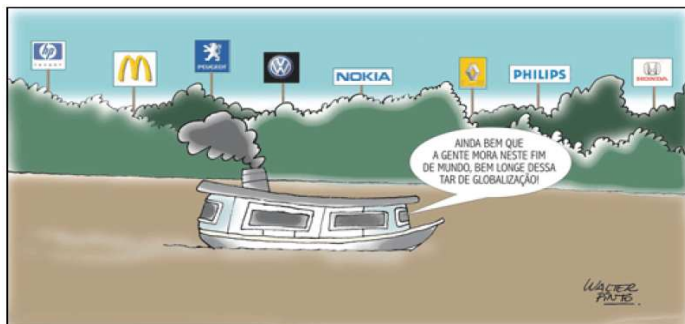
c) Atualmente o governo francês vem desenvolvendo programas de incentivo à migração brasileira devido à necessidade de mão-de-obra para a construção civil, garimpagem e agropecuária.

d) A migração advinda do Estado do Pará concentra-se no Município de Laranjal do Jarí em consequência da facilidade de entrada no Estado através da cidade de Monte Dourado, que faz fronteira com a cidade do Laranjal do Jarí, separadas apenas pelo rio Jarí.

e) Na década de 1960 ocorreu grande leva de migrantes brasileiros, dentre eles, amapaenses, para a Guiana Francesa, o fluxo ocorreu devido necessidade de mão-de-obra super-qualificada para construir a base espacial de Kourou.

O viés econômico da globalização chega a todos os cantos do planeta, neste sentido, a globalização modifica idéias, culturas, relações sociais e territórios. Com base na charge a seguir e

nos seus conhecimentos, analise a globalização e a inserção da Amazônia no cenário mundial e some os pontos nas questões 06 e 07.



Fonte: <http://www.ufpa.br/beiradorio/arquivo/beira18/fotos/charge.gif>

QUESTÃO 06 (UNIFAP-2010)

(01) Na discussão sobre o processo de globalização na Amazônia, podemos destacar o papel da ética ambiental que discute as relações do ser humano com a natureza, tais como as poluições industrial e agrícola, o esgotamento dos recursos naturais, as agressões que provocam o desequilíbrio do ecossistema, pondo em risco o destino do planeta.

(02) No cenário da economia globalizada, as profissões tradicionais e artesanais desapareceram na Amazônia, sepultando para sempre saberes ancestrais que faziam parte da vida e a cultura de diversas comunidades, especialmente das populações ribeirinhas e indígenas.

(04) A instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) permitiu rápida acessibilidade aos grandes centros produtores de bens de consumo estrangeiros, com preços competitivos, pois as duas cidades recebem os transatlânticos turísticos e comerciais, o que permitiu dotá-las de infra-estruturas logísticas, tanto para atender a atividade turística como para o comércio nacional e internacional.

(08) A globalização em sua organização dimensional vem promovendo o aumento do volume do comércio internacional, por meio da redução de barreiras alfandegárias. Esse movimento vem sendo acompanhado pelo fortalecimento dos blocos econômicos, que procuram manter maiores facilidades para os países membros.

(16) Frente à dinâmica do desenvolvimento global, a região amazônica passa a ter um papel central quando se discute desenvolvimento com sustentabilidade. O grande desafio ainda hoje é a formulação de políticas que possibilitem a utilização não predatória da riqueza natural da Amazônia, que passam inevitavelmente pela cooperação internacional.

Total ()

QUESTÃO 07 (UNIFAP-2010)

(01) O interesse empresarial na comercialização dos importados no Amapá cresceu, decorrente dos investimentos efetuados pelos empresários, com casos de total modificação de produtos comercializados do nacional para o estrangeiro.

(02) Em um mundo globalizado o nível de inter-relacionamento entre os Estados nos permite falar em um mercado mundial que determina a produção, a distribuição e o consumo de bens e uma cultura da virtualidade real, que liga os pontos do mundo globalizado, modelando comportamentos.

(04) Nas fábricas, o processo de globalização levou a produção em massa, a uma menor flexibilidade do trabalhador e maior padronização dos produtos, exigindo um trabalhador com menor nível de formação e menor capacidade de iniciativa, frente ao trabalho rotineiro.

(08) O processo de globalização na Amazônia e a política neoliberal, contribuíram para que instituições financeiras internacionais entrassem na região, atuando em igualdade de condições, produzindo riqueza e aumentando assim o IDH na região, aumentando os índices de distribuição de renda, condições de saúde e educação.

(16) As transformações no campo social da globalização, parecem não favorecer aos trabalhadores, isto é, não foram capazes de desconcentrar e redistribuir a renda. Os desequilíbrios regionais persistem, assim como as diferenças entre os meios urbanos e rurais.

Total ()

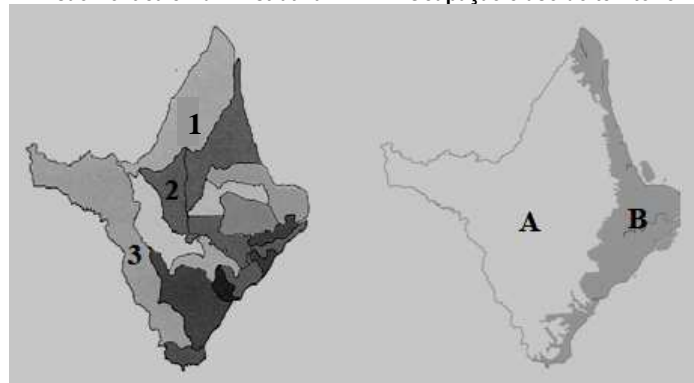
08. (FCC/GEA-2002) A economia do Estado do Amapá está diretamente dependente...

a) a ALCMS

- b) do crescimento populacional
- c) da importação de bens e matérias primas
- d) dos recursos naturais locais
- e) do extrativismo mineral

09. (UNIFAP-2007) Observe os mapas e responda:

Divisão Política e Administrativa - Ocupação e uso do território



Fonte: Adaptado do IEPA/ZEE/2002.

I - Os nº. 1 e 2 representam os municípios onde avança a fronteira agrícola, com alto índice de mecanização e a letra **B** representa a região de maior concentração de áreas indígenas do Estado.

II - Os nº. 1 e 3 representam os municípios que fazem fronteira internacional e interestadual, respectivamente, e a letra **A** representa a região com menor intervenção da cobertura vegetal do Estado.

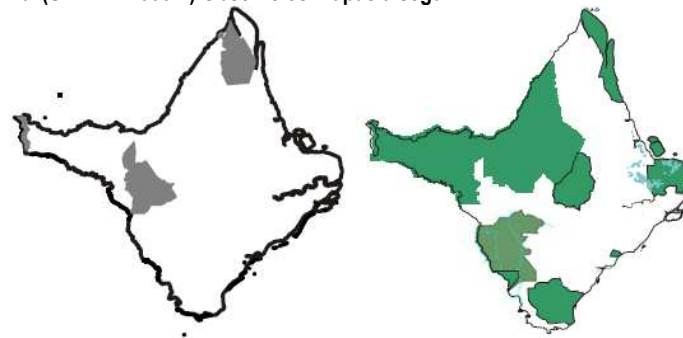
III - Os nº. 1 e 3 representam os municípios onde foram instalados os dois primeiros grandes projetos na Amazônia e a letra **A** representa a região de maior concentração de castanha-do-Brasil do Estado.

IV - Os nº. 2 e 3 representam os municípios onde foram instalados os dois primeiros grandes projetos de mineração na Amazônia e a letra **B** representa a região de maior concentração dos processos de uso e ocupação do Estado.

Estão corretos apenas os itens

- (A) I, II e IV. (B) II, III e IV. (C) I e III
- (D) II e III. (E) II e IV.

10. (UNIFAP-2006-1) Observe os mapas a seguir:



O dois mapas apresentam áreas indígenas e unidades de conservação. A respeito da territorialidade dos povos indígenas e das políticas ambientais, no que diz respeito às unidades de conservação na produção do espaço amapaense, é correto afirmar que

- (A) estão preservadas e livres do desmatamento e da degradação ambiental.
- (B) atraem turistas de todo o mundo, sendo o principal ramo da atividade econômica do Estado.
- (C) reverteram a tendência da desagregação dos povos indígenas e a degradação dos ecossistemas amapaenses.
- (D) estão a salvo da ação das mineradoras e madeireiras devido à atual legislação e a ação dos órgãos fiscalizadores.
- (E) representam mais de 60% do território amapaense. Porém, as políticas públicas implementadas nestas áreas são insuficientes para conservação e preservação.